



Atacam-nos, mas não nos derrotam

A atividade farmacêutica tem uma história tão rica e nobre, tão identificada com as causas humanitárias, sociais e da saúde, que ela é superior e imaculada. Des-

de tempos imemoriais, o homem busca os recursos vegetais para se curar e curar os seus semelhantes. A profissão farmacêutica nasceu daí. E a sua vocação sempre foi servir. Ah! Mas como é difícil servir aos semelhantes, num País de incompreensões e estranhezas. Os últimos acontecimentos, produzidos dentro da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e do Ministério da Saúde, dão muito bem uma prova disso.

A medida da Agência proibindo uso de 20 medicamentos, entre eles a Clonidina, em farmácias de manipulação, é um destemperamento administrativo, uma atitude nitidamente discriminatória contra um segmento que vem crescendo com responsabilidade. E quando falo em responsabilidade, estou me referindo à intocável qualidade com que as farmácias magistrais têm atuado, tanto na prestação dos serviços de atenção farmacêutica ao balcão dos seus estabelecimentos, quanto dos seus produtos.

O que motivou a proibição do uso dos medicamentos na manipulação foi a morte de uma criança, em Brasília, supostamente por ter feito uso de Clonidina, prescrito por um médico e dispensado, numa farmácia de manipulação. Laudos atestam que houve falha na dosagem manipulada. Um outro laudo, resultado da necropsia, assegura que não foi encontrada a presença de Clonidina no menino.

A Anvisa, por sua vez, acrescenta que o medicamento teria causado problemas em outros usuários. Pode ser. Mesmo porque as reações relatadas estão prevista na literatura oficial como adversas no uso de Clonidina como anti-hipertensivo. Mas proibi-la - e também a outras 19 substân-

cias -, na manipulação, é uma atitude sem base técnico-científica.

A morte do garoto é algo grave e chocou a todos nós. Os problemas em outras cerca de 40 pessoas, também. Mas não justificam a "cassação" do direito das farmácias magistrais, de manipular os medicamentos. Mesmo porque alguns deles continuam sendo produzidos pela indústria e estão nas farmácias. É bom que se diga que, na manipulação, esses medicamentos oferecem muita segurança, já que as suas dosagens são adequadas individualmente a cada paciente. Isso significa baixo risco sanitário. Com a proibição, milhares de pessoas, que, há muito tempo, fazem uso dos produtos, estão privadas dos mesmos.

Outro acontecimento não menos preocupante é a criação do curso de capacitação dos agentes comunitários de saúde na promoção do uso racional dos medicamentos, entre outros fazeres no campo farmacêutico. O pe justificado pelo Ministério como uma medida para "capacitar o agente comunitário de saúde em ações básicas de assistência farmacêutica, contribuindo para sua inserção em ações que visem à promoção do uso racional de medicamentos, estabelecendo a responsabilidade do monitoramento destas ações, através dos médicos e enfermeiros da equipe de saúde da família".

Caros leitores, o Conselho Federal de Farmácia concorda com organismos de saúde, quando afirmam que o uso racional deve ser um esforço de todos os profissionais de saúde. Mas daí a querer que agentes comunitários, dentro do PSF, atuem no campo farmacêutico e - o que é pior ainda - sendo monitorados por enfermeiros e médicos é, no mínimo, uma provocação à categoria e um atestado de incapacidade de enxergar quem é quem em cada profissão.

O farmacêutico é quem entende do medicamento, da terapêutica medicamen-

tos, dentro de uma visão cada vez mais ampla e profunda. Por que o Ministério o exclui das ações que envolvem o medicamento e a atenção farmacêutica? O MS está sendo muito infeliz. E nós, farmacêuticos, que buscamos obsessivamente a qualificação, não podemos assistir à cena passivamente.

Mesmo porque temos conhecimento de erros gravíssimos envolvendo o medicamento dentro do PSF. São erros ligados à compra equivocada do produto para uma determinada população, pois, muitas vezes, não se constrói, com o devido conhecimento técnico-científico, o perfil epidemiológico daquela população, tão necessário para se fazer a seleção dos produtos, como os antibióticos, fato que resulta no barateamento da compra e na eficácia do tratamento, inclusive podendo evitar a resistência microbiana. São erros também no resultado esperado da terapêutica, na adesão ao tratamento. Erros graves ainda, porque não promovem o uso racional do medicamento.

Estamos buscando vencer a Anvisa sobre o seu equívoco, ao proibir o uso dos 20 medicamentos. Se todas as argumentações esgotarem-se, teremos que ingressar com um Mandado de Segurança, na Justiça Federal, contra aquele órgão. Não gostamos desse caminho, mas alguém terá que dizer à Anvisa que estamos certos, já que ela própria não consegue enxergar isso. Quan-

to ao curso para agentes comunitários, temos fé em que este erro grosseiro seja corrigido pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, sem que tenhamos embates maiores. Mesmo porque esta proposta é do Governo passado, da então Secretaria de Assistência à Saúde, e chegou a ser adotada, como piloto, no Ceará.

O que quero dizer é que a Farmácia é maior que a visão, às vezes, obtusa de quem adotou essas medidas. A profissão farmacêutica não precisaria estar passando por esses percalços. O que queremos, como já disse, é servir, e servir bem. Deixem-nos fazer o que sabemos e o que é de nossa vocação e mostraremos do que somos capazes. Os percalços, involuntários ou não, jamais irão macular a nossa profissão. Ela é superior.

"Queremos apenas servir e servir bem. Os percalços, involuntários ou não, jamais irão macular a nossa profissão. Ela é superior".